



EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: LIMITES DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FERREIRA, Gislaine¹; CARDOSO, Brayna²

RESUMO

O presente trabalho analisa os limites do financiamento público na efetivação de políticas educacionais voltadas à educação sexual e à proteção de crianças e adolescentes no Brasil. O objetivo central consiste em investigar de que forma a destinação de recursos públicos influencia a implementação dessas políticas diante das desigualdades estruturais e das resistências institucionais presentes no contexto educacional brasileiro. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada nos referenciais da educação sexual crítica, a partir de Guacira Lopes Louro (2000), e na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano (2005). O estudo delimita sua análise aos contextos rurais e ribeirinhos amazônicos, considerando as especificidades territoriais, sociais e culturais que atravessam a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes nessas regiões historicamente marcadas por desigualdades no acesso às políticas públicas. Os resultados evidenciam que a insuficiência de financiamento compromete a formação docente, a produção de materiais pedagógicos contextualizados e o desenvolvimento de ações intersetoriais de prevenção às violências sexuais no ambiente escolar. Esse cenário fragiliza estratégias de promoção da autonomia corporal, do enfrentamento das violências e da garantia de direitos. Conclui-se que o financiamento da educação constitui elemento estruturante para a consolidação de políticas públicas efetivas, sendo indispensável para transformar os dispositivos legais de proteção em práticas concretas voltadas às populações historicamente vulnerabilizadas. Defende-se, portanto, a ampliação dos investimentos públicos e o fortalecimento de políticas educacionais comprometidas com a proteção integral, a justiça social e a redução das desigualdades territoriais na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Financiamento da educação, Proteção da infância, Políticas públicas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista CAPES, e-mail: gislainemonteiro76@gmail.com

² Pós-doutora na área de concentração em Linguística, pela Universidade de Pernambuco (UPE), docente no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: braynacardoso@ufpa.br